



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jader Barbalho

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de repúdio ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, pelo envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2023, com expressivos cortes nas políticas sociais, principalmente em vários programas do Ministério da Educação.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

Venho em público repudiar com veemência o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2023, encaminhado pelo Poder Executivo ao Legislativo na última quarta-feira, 31 de agosto. Dentre todos os cortes e tentativas unilaterais de desmonte das conquistas construídas ao longo desses anos de redemocratização, esta é uma das que considero mais grave e nociva. A proposta entregue pelo governo Jair Bolsonaro apresenta, mais uma vez, expressivos cortes nas políticas sociais em detrimento da garantia de direitos e dos investimentos necessários para nos tirar da atual crise econômica e social.

A redução das despesas discricionárias, o incremento das desonerações tributárias, a frustração da promessa de um Auxílio Brasil mais robusto, e os cortes em políticas garantidoras de direitos acendem um alerta sobre o futuro próximo do nosso país.



Parte expressiva dos recursos destinados às políticas sociais e ambientais é discricionária, isto é, aquelas que não são obrigatórias e estão sujeitas aos cortes. O Teto de Gastos segue sendo a maior ferramenta para a redução de despesas do governo federal, afetando, principalmente, as discricionárias. Elas representarão apenas 6,3% das despesas primárias, ante 8,4% em 2022. Em termos absolutos, isso significa somente R\$ 98,98 bilhões de um total de R\$ 2,3 trilhões de despesas primárias.

Os investimentos públicos também são financiados com recursos discricionários e, novamente, receberão menos verba. A proposta orçamentária de 2023, do governo de Jair Bolsonaro, reduz em 50,4% os investimentos em relação à 2022, chegando a apenas R\$ 22,48 bilhões.

O texto encaminhado pelo Palácio do Planalto ao Poder Legislativo deixa clara a intenção de manter o desmonte generalizado das políticas sociais em 2023, caso o PLOA seja aprovado como está pelo Congresso Nacional.

O próximo governo terá um enorme desafio para conseguir combater as desigualdades sociais que se aprofundaram nos últimos anos e garantir os direitos humanos. Uso como base relatório produzido pelo Inesc, organização não governamental, sem fins lucrativos, não partidária e com sede em Brasília que, há 42 anos, entre outras importantes funções, faz o acompanhamento do orçamento público.

O prometido Auxílio Brasil, no valor de R\$ 600,00, ficou de fora do orçamento, mantendo-se o valor de R\$ 405,00. Na mensagem presidencial encaminhada ao Congresso Nacional, o presidente apenas promete “dialogar com o Congresso para alcançar em 2023 o valor mensal de R\$ 600,00”. Se esse aumento for aprovado pelos parlamentares, o custo adicional será de R\$ 53,14 bilhões.

Mas é a Educação a área mais afetada pela caneta da Presidência da República, com queda nos recursos para todos os níveis, em especial o ensino superior, de responsabilidade da União, deixando as universidades na penúria.

O recurso para a subfunção Ensino Superior para 2023, que em governos anteriores já foi da ordem de R\$ 40 bilhões, é de R\$ 34,3 bilhões, o mesmo valor nominal de 2022. Se este orçamento fosse atualizado pela inflação de junho de 2021 até junho de 2022 (índice de 11,89%), o recurso deveria ser de R\$ 38,8 bilhões, ou R\$ 4,4 bilhões a mais do que foi proposto. No entanto, com a mudança da regra de cálculo estabelecida na PEC dos precatórios, o índice inflacionário ficou subestimado em 7,2%.

Matéria publicada pelo O Globo, elaborada com base em relatórios da organização Todos Pela Educação, mostra que, por trás do aumento de 9% no orçamento total do Ministério da Educação, há severos cortes que colocam em risco recursos essenciais para programas de desenvolvimento do ensino, como o Educação Básica de Qualidade que perde R\$ 1 bilhão. A educação infantil, com uma diminuição de R\$ 145 milhões, teve o maior corte percentual: 96%.

Os recursos projetados para investimentos caíram, em um corte de R\$ 703,4 milhões. Enquanto no ano anterior foram R\$ 2,3 bilhões para esta finalidade, agora o governo propõe R\$ 1,6 bilhão. Reduções que colocam ações importantes em risco, como reformas e obras em escolas e financiamento de projetos de pesquisa em universidades.

Para a educação básica, o único aporte a mais foi a complementação do Fundeb, que é obrigatório por lei. De acordo com o novo Fundeb, a complementação da União deverá ir de 10% do valor do Fundo para 23% até 2026. Para 2023, terá de ser da ordem de 19%, portanto, 4% a mais que em 2022. As demais ações, em geral, se mantiveram ou caíram. E mesmo as que se mantiveram também estão em queda, se considerarmos a inflação.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por exemplo, veio com o mesmo recurso do ano anterior, de R\$ 3,9 bilhões, não foi sequer considerada a nova regra de cálculo da inflação do período, que ficaria em 7,2% e, neste caso, o valor do PNAE teria de ser de R\$ 4,2 bilhões.

Ainda sobre o PNAE, mesmo que estejamos vivenciando uma situação de insegurança alimentar, com 33 milhões de pessoas passando fome, sabendo que a alimentação escolar para muitas crianças e adolescentes é a única refeição do dia, não há aportes novos, ao contrário, o governo federal vetou aumento previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A ação para infraestrutura das escolas segue em queda. O recurso foi de R\$ 500 milhões em 2019, para a previsão de apenas R\$ 3 milhões em 2023, ou nada, frente ao enorme desafio de reestruturar escolas, especialmente rurais e periféricas.

Com a falta de recursos federais para infraestrutura, às escolas ficou a responsabilidade de se resolverem com os recursos do Programa Dinheiro Direto nas Escolas, PDDE. Porém, esses recursos também minguaram, em 2023 foram previstos no PLOA exatamente o mesmo valor proposto em 2022, ou R\$ 2 bilhões, sem considerar a inflação do período.

A ação Bolsa Permanência, que atende estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, indígenas, quilombolas e estudantes do campo, também segue com poucos recursos e em queda. Em 2022 foram previstos R\$ 179,4 milhões e, para 2023, R\$ 163,6 milhões. Além de não considerarem a inflação, houve corte de recursos. Não basta criar políticas para acesso, como as cotas, e não se ter políticas de permanência, aumentando a evasão no ensino superior.

É a minha manifestação que coloco como alerta para apreciação dos colegas parlamentares no Congresso Nacional, que, unido, pode mudar esse fatídico

futuro para o nosso país, já tão desmantelado pela imposição de política sórdida contra a Educação e o futuro da nossa Nação.

Sala das Sessões, 6 de setembro de 2022.

Senador Jader Barbalho
(MDB - PA)



SF/22262.62701-68 (LexEdit)